
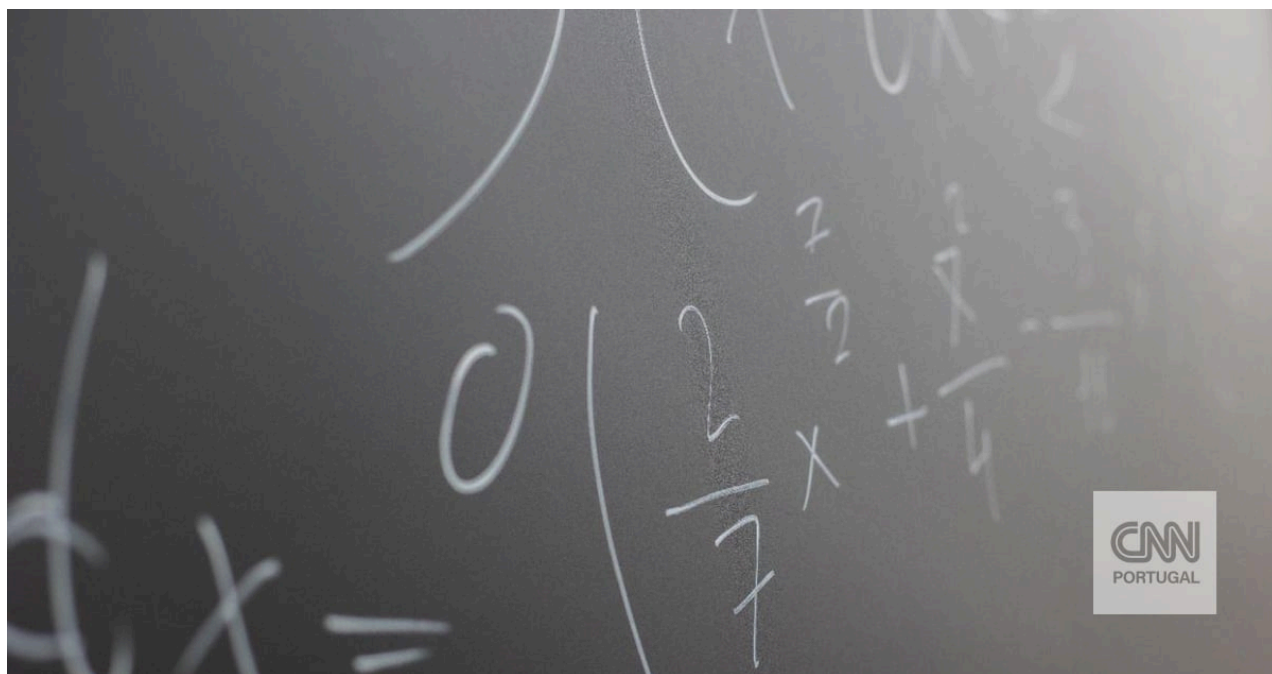


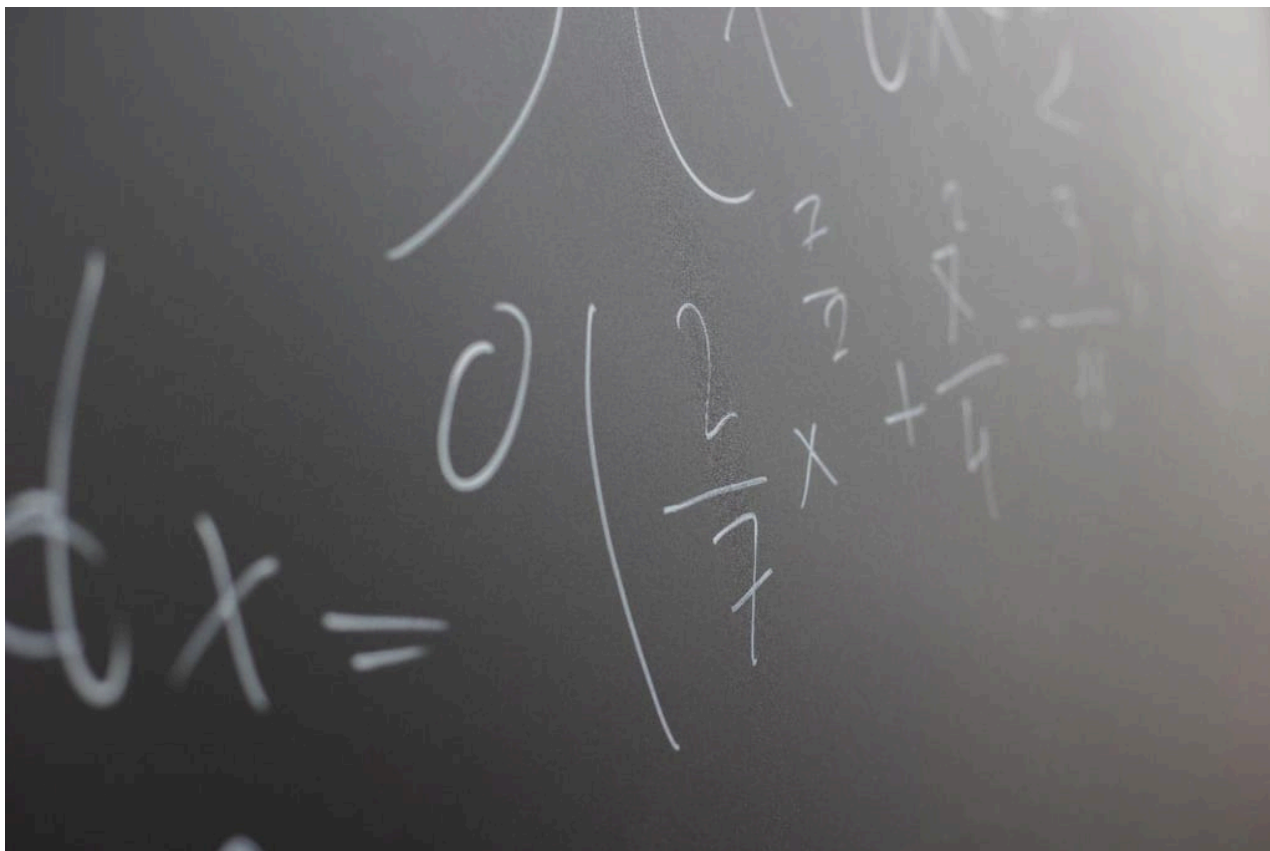
Oito mil professores trabalham a mais de 50 km de casa e gastam "250€ mensais em combustível", muitos sem apoio à deslocação

 cnnportugal.iol.pt/professores/educacao/oito-mil-professores-trabalham-a-mais-de-50-km-de-casa-e-gastam-250-mensais-em-combustivel-muitos-sem-apoio-a-deslocacao/20260427/69ef5bf0d34e28842c836264

April 27, 2026



Agência Lusa , BCE
Ontem às 13:52



Num universo de mais de 120 mil docentes, “há oito mil professores a fazer deslocações superiores a 50 quilómetros por dia” e muitos ficam de fora do apoio extraordinário à deslocação, alerta Federação Nacional de Educação

Cerca de oito mil professores dão aulas a mais de 50 quilómetros de casa, muitos sem direito a apoio de deslocação, chegando a gastar “250 euros mensais em combustível”, alertou esta segunda-feira a Federação Nacional de Educação.

Durante uma reunião negocial sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), “a secretária de estado da Administração Pública, Marisa Garrido, disse que 94% dos professores já estão colocados a menos de 50 quilómetros”, relatou o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros.

Num universo de mais de 120 mil docentes, “há oito mil professores a fazer deslocações superiores a 50 quilómetros por dia” e muitos ficam de fora do apoio extraordinário à deslocação, que abrange apenas quem fica colocado a pelo menos 70 km de casa.

“São professores que gastam cerca de 250 euros na estrada ou mais. Tendo em conta que o ministério fala deste grupo como um universo tão reduzido, era importante que encontrassem formas de os apoiar”, defendeu Pedro Barreiros, em declarações à Lusa no final da reunião negocial para discutir o ECD.

Na reunião desta segunda-feira, a FNE ficou a conhecer novos detalhes do modelo de concursos que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação quer implementar, que passará por manter um concurso nacional – para os professores que querem mudar de

escola ou que querem vincular - e criar um novo concurso contínuo nacional, que substituirá os vários mecanismos concursais já existentes.

Primeiro realiza-se o concurso nacional interno e externo e, mal comece o ano letivo, arranca o concurso contínuo, explicou Pedro Barreiros.

A proposta da tutela é que os professores que ficam sem componente letiva se possam candidatar, mas a FNE quer “um concurso entre os dois previstos pelo ministério que permita aos professores dos quadros poderem concorrer à mobilidade”.

A tutela irá enviar esta segunda-feira a sua proposta, tendo os sindicatos até quinta-feira para apresentar contributos. A 4 de maio, realiza-se uma reunião técnica e a 11 de maio uma reunião negocial.

“Se o ministério acolher os nossos contributos, poderíamos limar algumas arestas a 4 de maio e no dia 11 seria apenas um proforma para validar. Caso não acolha os nossos contributos, então a reunião será noutros moldes”, disse Pedro Barreiros.

Na reunião negocial de hoje sobre “Habilitação para a docência, recrutamento e admissão”, governo e sindicatos focaram-se apenas em “dois artigos que serão a base do novo modelo de concursos”, acrescentou Júlia Azevedo, presidente do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE).

Segundo Júlia Azevedo, o ministério irá enviar esta segunda-feira o articulado relativo a esses dois artigos que garantem que o concurso de professores “será centralizado, anual e por graduação profissional”.

Neste momento, “sem um articulado bem definido é difícil ter uma opinião”, concluiu a presidente do SIPE, explicando tratar-se de um tema “muito complexo e técnico”.

Para já, saúda a ideia da tutela de criar um modelo que permitirá “colocar rapidamente os professores segundo as suas preferências e necessidades de forma a minimizar os casos de alunos sem aulas”.

Informação em todas as frentes, sem distrações? Navegue sem anúncios e aceda a benefícios exclusivos.

[TORNE-SE PREMIUM](#)

Educação

[Mais Educação](#)

Mais Lidas
